

Atividade profissional mecânica; Arte “tão sublime como encantadora”

É um comportamento quase normatizado, ao nos referirmos à pesquisa como uma prática de produção de conhecimentos científicos, colocar em destaque os métodos e teorias utilizados para a produção de seus dados e resultados. Procedimentos mais do que necessários para apresentar ao leitor às ferramentas utilizadas no trabalho e dar-lhe condições para avaliar os critérios de cientificidade que orientaram a pesquisa e a objetividade de seus resultados. Comportamento que, entretanto, muitas vezes não deixa espaço para o leitor acompanhar a própria trajetória sinuosa com a qual se configura uma prática da pesquisa, em seus desafios, impasses e demais situações onde a intuição, a capacidade de improvisação e a sorte são fatores determinantes para os seus desdobramentos – o que, em grande, parte foi o caso desse trabalho.

A própria definição do nosso tema de pesquisa como *História da Educação Musical* já se mostra, por si, um grande desafio, tendo em vista, por um lado, a sua especificidade, e, por outro, a abrangência de suas fronteiras, no que toca às particularidades das áreas da História, da Educação e da Música. O que fica ainda mais complexo ao se constatar que as poucas pesquisas que, até então, se dedicaram em alguma medida a esse tema privilegiam em sua maioria o século XX, em especial, as décadas de 1930 e 1940 e, mais recentemente, o período que se define em torno da aprovação da Lei 11.769/2008, a chamada “Lei da Música” – tornando o estudo da *História da Educação Musical no Brasil, do século XIX* um desafio ainda maior.

Inicialmente meu interesse de pesquisa, de certa forma, já estava estabelecido dentro dessa temática, quando se cogitou investigar o Instituto Nacional de Música (atual faculdade de Música da UFRJ), entre a gestão de Leopoldo Miguez e Alberto Nepomuceno (1890-1916). Entretanto, a mudança do foco para as aulas e os professores de Música do CPM se deu de maneira

fortuita, como já foi anunciado, graças ao meu ingresso no grupo de pesquisa da História da Profissão Docente (PUC-RJ) – tendo em vista a percepção da relevância desse tema para a História da Educação Musical e, especialmente, a importância que o trabalho coletivo poderia ter para o desenvolvimento da pesquisa.

Outro ponto que também se definiu da mesma forma se refere à localização dos documentos do colégio que, de algum modo, trouxessem informações sobre a Música. A primeira iniciativa foi visitar o NUDON (Núcleo de Memória e Documentação do CPII) onde não tive muita sorte, pois, sobre esse objeto, me foram apresentados apenas o trabalho de Vechia & Lorenz (2005), contendo os programas de ensino do colégio (1850-1851), as memórias de Dória (1997) e Anuário VIII, organizado por Raja Gabaglia (1937) – sem dúvida um material riquíssimo, mas que conta com poucas informações sobre a Música no CPII¹, o que pôs em questão, naquele momento, a viabilidade de realização do projeto.

Ao ingressar no grupo, havia a necessidade de algum de seus membros ir ao Arquivo Nacional iniciar uma pesquisa em seu acervo quanto aos documentos existentes sobre o CPII. Ao candidatar-me para essa empreitada, diante da especificidade do meu objeto, continuei durante um tempo apreensivo, haja vista que a maioria dos documentos localizados no arquivo era de cunho administrativo e, sobretudo, contábil, sem haver, pelo menos a princípio, algum *indício* de que ali existiriam informações sobre a Música no CPII. Entretanto, foi justamente em meio às contas de material de obra e demais mantimentos do colégio que, enfim, tivemos acesso à grande parte dos documentos que dão suporte à pesquisa, onde estão registrados, direta e indiretamente, uma gama de informações sobre os professores e as aulas de Música, envolvendo ordenados, frequência, número de *lições* e alunos, menções aos materiais didáticos e a sua presença nas solenidades.

Esses dois últimos pontos constituem-se como algumas das lacunas no trabalho: se analisar diretamente o *Compendio de musica para o uso dos alumnos do Imperial collegio “D. Pedro II”*, de Francisco Manuel da Silva,

¹ O trabalho de Vechia & Lorenz (2005) vale um destaque especial, haja vista a possibilidade de se poder acompanhar, de certa forma, a trajetória da Música junto aos programas de ensino do CPII, entre os anos de 1850 e 1951.

utilizado na instituição até 1879, e, o que não foi contemplado de maneira alguma, se investigar o papel cívico da Música, tendo como foco a sua constante presença nas solenidades, analisando-se tanto o papel dos alunos quanto o repertório de Hinos e de Música instrumental executados nessas ocasiões. Ponto este que suscita duas importantes questões para o aprofundamento da pesquisa: saber com mais detalhes como eram propriamente as aulas de *Música Vocal* e se avaliar se a memória dessa experiência do CPII não estava presente na sociedade no início do século XX, afigurando-se, em certa medida, como uma das referências para o projeto orfeônico de Villa-Lobos.

Outros pontos ainda mereceriam aprofundamento. Investigar a importância da Música no colégio a partir da perspectiva dos alunos – o que não foi possível se contemplar haja vista que a maior parte dos documentos utilizados era de origem administrativa. Compreender melhor as particularidades da definição da categoria “Mestre” junto às suas atribuições no CPII, que, no caso da Música, envolvia não só a atividade de lecionar, como também, por exemplo, as funções de organizar a parte musical de suas solenidades. Por fim, se estabelecer alguma comparação com outras instituições oficiais de ensino criadas nesse mesmo período, como a Escola Normal de Niterói (1835), que tinha a Música entre suas aulas, e, sobretudo, o Imperial Conservatório (1848), como forma de tentar se perceber de maneira mais ampla que projetos oficiais de educação musical estiveram em disputa nesse contexto.

Dos resultados do trabalho, constata-se que a presença das *lições* de Música entre os estudos do CPII, no período entre 1838 e 1858, está relacionada a três pontos principais. A defesa de sua natureza pedagógica e moral, amparada pela ênfase as suas concepções na antiguidade clássica, evidenciando-se, especialmente, o conceito de harmonia. A importância que alcançou durante a instalação da Corte e o Primeiro Reinado, como uma referência dos discursos e memórias que procuravam para situar o país entre as grandes nações. E as funções e as formas que lhes foram atribuídas ao constituir-se como uma educação formal, vinculada ao projeto pedagógico do CPII e seu papel junto às iniciativas para a reafirmação da centralidade da Monarquia, para a preservação dos laços identitários das elites imperiais e para a consolidação do Estado Nacional. Vínculo

ao qual é um fator significativo para o próprio processo de institucionalização da Música como disciplina escolar, haja vista a sua constante permanência entre os estudos do colégio, desde o século XIX.

Quanto às formas pelas quais as *lições* de Música se inseriram no CPII, é necessário se destacar, em primeiro lugar, que, no período estudado, no que se refere ao número de *lições* oferecido e ao número de alunos, a Música ocupou uma posição de destaque entre os seus estudos de maior importância. Posição que é bruscamente alterada a partir da Reforma de 1855, quando, diante das disputas curriculares que momentaneamente deram um relativo destaque às ciências em detrimento das humanidades, as *lições* de Música deixaram de fazer parte do quadro de horários e dias de estudos regulares, passando a ter uma carga extremamente menor, ao serem oferecidas apenas nos recreios e dias feriados. Um movimento de ascensão e declínio que tornou possível se vislumbrar também a gama de funções que se definiram a partir da recorrência de sua “relação de vizinhança” com a Poesia, o Desenho, a *Gymnastica* e a Religião, expressas, resumidamente, pelo aprimoramento melódico da declamação, pelo senso equilíbrio das proporções, pela harmonia do corpo e a ascese espiritual.

Em relação à contribuição de Januário da Silva Arvellos e de Francisco da Luz Pinto na definição da *forma escolar* do ensino de Música e do estatuto profissional de sua docência, o que se percebe é que ambos tiveram um papel bastante ativo e intencionado no seu processo de institucionalização: seja no sentido de reforçar a função da Música de tradição escrita, do piano e, mesmo, da Música vocal² como pressupostos oficiais para o “bom” ensino e a sua aprendizagem sistemática; seja por afirmar a importância do *exercício* como algo imprescindível também para o desenvolvimento de sua aprendizagem; seja pelo esforço para conquistar uma maior carga horária dentro do quadro regular dos estudos do CPII; seja pelo fato de ter um dos docentes mais assíduos e que permaneceu por mais tempo no seu quadro, até 1858, somando 19 anos.

Contudo, é importante se perceber que existe também, nesse contexto, uma nítida distinção entre a importância do estudo de Música enquanto uma

² Termo utilizado em quase toda a documentação que trata do currículo e dos horários das aulas do colégio para se referir às lições de Música.

gymnastica intelectual, uma forma de *exercitar o espírito*, e o baixo valor de seu ensino enquanto uma prática profissional compreendida como uma atividade estritamente mecânica – como indica a designação de seus docentes não como “Professores”, mas, “Mestres” e, ainda, a sua baixa posição na hierarquia salarial do colégio. Assim, parece pertinente se afirmar, então, que, se, por um lado, a expressividade do número de *lições* e de alunos de Música possa refletir o significado de notoriedade, de ilustração e de bom gosto que o seu cultivo e apreciação tiveram na primeira metade do século XIX, na Corte do Rio de Janeiro, por outro, em contrapartida, nota-se também a permanência de um frágil reconhecimento do valor artístico e profissional tanto do ofício do músico, quanto de sua prática docente, assim como vigorava no século XVIII. O que pode ser ainda reforçado, ao se pensar que o deslocamento e a restrição de suas *lições*, estabelecidos em 1855, possam evidenciar também as dificuldades de se definirem o estatuto profissional de seu professor, o significado social do objeto de seu ofício, ou seja, a própria Música, e o lugar de seu ensino no currículo escolar, considerando-se a abrangência de seus significados e de suas funções enquanto uma arte “sublime” e “encantadora”, enquanto *gymnastica intelectual* e “recreio do espírito”, divertimento, passatempo.

Assim, o estudo da *História da Educação Musical no Brasil no século XIX*, mostra-se como um campo tão aberto quanto, contraditoriamente, de difícil acesso. Aberto, sobretudo, devido à necessidade de haver mais estudos que se debrucem especificamente sobre esse tema. De difícil acesso, primeiramente, em termos operacionais, pelo estado ao qual se encontra a documentação, tanto no que se refere à sua organização temática e cronológica, quanto ao precário estado físico ao qual se encontra grande parte dos documentos. Por fim, de difícil acesso, em termos teórico-metodológicos, pela necessidade de aprofundamento do diálogo entre a História, a Educação e a Música e, em termos ideológicos, pelo desafio de se superar as tentações da memória sobre a Educação musical escolar no Brasil, no século XIX, no seu poder de induzir-nos a tomá-la como um tema equivocado, como um conjunto de ideias e práticas fora do lugar.